



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 32/XII/ 1.ª SL

Aos 23 dias do mês de Novembro de 2011, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da acta n.ºs 29/XII e 30/XII (reuniões de 14 e 16 de Novembro de 2011)

2. Redacção final dos Projectos de Resolução n.º 102/XII/1.ª (PS) – "Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a actividade prestamista, a intensificação e alargamento dos actos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da Defesa do Consumidor" e n.º 126/XII/1.ª (CDS-PP) – "Recomenda ao Governo rever o regime legal que regula o acesso, o exercício e a fiscalização da actividade prestamista"

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 [COM(2011)615]

Relator: Deputado Pedro Saraiva (PSD)

4. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PCP para audição urgente do Secretário de Estado da Energia

5. Petição n.º 53/XII/1.ª – "Solicitam que seja analisada pelo Plenário da Assembleia da República a possibilidade da construção de uma circular urbana de Alverca do Ribatejo, alternativa à EN10, a nascente do caminho-de-ferro"

Apreciação e votação da nota de admissibilidade

Nomeação de relator (cabe ao PSD)

6. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 32/XII/ 1.ª SL

1. Apreciação e votação da acta n.ºs 29/XII e 30/XII (reuniões de 14 e 16 de Novembro de 2011)

Submetidas à votação, as actas n.ºs 29/XII e 30/XII, relativas às reuniões da Comissão de 14 e 16 de Novembro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do PCP, do BE e do PEV.

2. Redacção final dos Projectos de Resolução n.º 102/XII/1.ª (PS) – "Recomenda ao Governo o aprofundamento do regime legal que regula a actividade prestamista, a intensificação e alargamento dos actos fiscalizadores e a disponibilização de informação no âmbito da Defesa do Consumidor" e n.º 126/XII/1.ª (CDS-PP) – "Recomenda ao Governo rever o regime legal que regula o acesso, o exercício e a fiscalização da actividade prestamista"

Os Senhores Deputados Eurídice Pereira (PS) e João Paulo Viegas (CDS-PP) apresentaram um texto que faz a fusão das resoluções com origem nos Projectos de Resolução n.º 102/XII/1.ª (PS) e n.º 126/XII/1.ª (CDS-PP). Havendo acordo de todos os presentes, foi a redacção final aprovada sem votos contra.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 [COM(2011)615]

Relator: Deputado Pedro Saraiva (PSD)

Pelo Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) foi apresentado o parecer sobre a COM(2011)615, tendo considerado esta matéria decisiva e central para a Europa e Portugal. Lembrou que este é um regulamento "guarda-chuva", para tentar uniformizar e integrar os vários fundos, e deu conta de vários aspectos-chave, nomeadamente, da polémica sobre o montante dos fundos,



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 32/XII/ 1.ª SL

havendo 13 países a defender que esse montante não pode ser inferior ao disponibilizado para 2007-2011 e 6 a defender a posição contrária; o reforço do centralismo através de um papel mais forte da Comissão Europeia; o facto de a coesão territorial aparecer aqui como um parente pobre da coesão; a substituição do QREN pelo QEC (Quadro Estratégico Comum); o facto de a revisão dos critérios de *capping* implicar que muitos países de leste percam o acesso a fundos comunitários; a existência de uma grande polémica em torno da criação de uma terceira categoria de regiões; a pré-formatação da aplicação de fundos em determinados domínios em regiões em determinado patamar de desenvolvimento; a possibilidade de a Comissão Europeia poder penalizar os Estados-membros infractores no controlo das contas públicas, cortando-lhes os fundos de que poderiam dispor; e o retorno à lógica de os programas operacionais combinarem fundos do FSE e do FEDER. Concluiu, considerando que, tendo tudo isto em conta, só por milagre os instrumentos operacionais estarão disponíveis em 2014.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), para cumprimentar o relator, realçar a importância da matéria, que é transversal a toda a sociedade e regiões, e referir que deve haver preocupações internas no acompanhamento das regiões mais desfavorecidas do país, nomeadamente do interior, defendendo que a Comissão deveria desenvolver actividades que visassem encontrar as melhores soluções para que no nosso país a coesão territorial exista de facto; e João Paulo Viegas (CDS-PP), para cumprimentar o relator e considerar a matéria em apreço muito importante, que deve ser acompanhada com atenção pela Comissão.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

4. Apreciação e votação do requerimento subscrito pelo PCP para audição urgente do Secretário de Estado da Energia

A solicitação prévia dos proponentes, este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

5. Petição n.º 53/XII/1.ª – "Solicitam que seja analisada pelo Plenário da Assembleia da República a possibilidade da construção de uma circular urbana de Alverca do Ribatejo, alternativa à EN10, a nascente do caminho-de-ferro"

Apreciação e votação da nota de admissibilidade

Nomeação de relator (cabe ao PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 32/XII/ 1.ª SL

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

Foi nomeada, para elaborar o relatório desta petição, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PS).

6. Outros assuntos

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu conta do resultado da reunião da Mesa e Coordenadores, tendo referido o elenco dos grupos de trabalho a criar bem como a duração prevista para cada um deles.

A este respeito usaram da palavra os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Pedro Saraiva (PSD) e Eurídice Pereira (PS), que sugeriram diversas precisões à síntese que tinha sido distribuída, bem como à duração prevista de alguns dos grupos de trabalho.

Ainda neste âmbito, o Senhor Presidente referiu uma proposta apresentada pelo Coordenador do GP PSD, para realização de um conjunto de audições sob o título genérico de “Portugal faz bem”.

Pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi manifestada concordância e sugerida uma reflexão profunda sobre os vários sectores da economia a ouvir, tendo o Senhor Presidente solicitado que fossem apresentados contributos para esse conjunto de audições.

Finalmente, o Senhor Presidente deu conta da solicitação do BE para ser dispensado da elaboração de pareceres sobre iniciativas legislativas europeias, uma vez que consideram não ter capacidade de resposta.

A este propósito pronunciou-se o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), afirmando que até poderia viabilizar essa solicitação, mas lembrava que a nomeação de relatores para essas iniciativas é feita segundo o método de Hondt, pelo que ao BE cabe elaborar 1 parecer em cada 23 iniciativas que entram na Comissão; considerou que estaria a abrir-se um precedente que poderia ser utilizado por outros grupos parlamentares; e concluiu que poderia estar a correr-se o risco de hierarquizar tarefas dentro do trabalho parlamentar, considerando umas mais importantes do que outras.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 32/XII/ 1.ª SL

Tendo em conta a anuência que os restantes grupos parlamentares presentes deram a esta argumentação, o Senhor Presidente informou então que iria sensibilizar o BE para as razões aqui apresentadas.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de Novembro de 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 32/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Carina Oliveira
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
António Leitão Amaro
Cristóvão Crespo
Eurídice Pereira
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Cláudia Monteiro de Aguiar

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Heloísa Apolónia
Luís Menezes